

As novas fronteiras

EMPRESÁRIOS brasileiros e americanos se reúnem em Brasília, para rever as perspectivas das trocas comerciais entre seus respectivos países e elaborar uma estratégia diante dos conflitos, existentes ou em potencial.

A EXISTÊNCIA de um Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, ora em sua XI Reunião Plenária, atesta uma comunidade de interesses a equilibrar e eventualmente superar quaisquer divergências: mostra que o comércio é uma parceria, pelo menos no nível atingido entre Brasil e Estados Unidos. E parceria que honra a economia brasileira: se a sua produção fosse dispensável, pelo pouco do montante ou pelo inexpressivo da qualidade, ou seu desempenho irremediavelmente limitado, jamais se cogitaria de formar tal colegiado e de reuni-lo periodicamente.

A ATIVIDADE comercial se firma, expandindo-se; e perde vida, contendo-se. Mas o crescimento comercial foi sempre uma vitória sobre as fronteiras. E hoje, esgotadas as fronteiras físicas pelo progresso nos transportes, restam-nos as fronteiras culturais: jurídicas, políticas e ideológicas.

NÃO é grande epopéia conseguir superá-las; pelo menos não será tão grande epopéia quanto foi, no passado, a aven-

tura da vitória sobre os obstáculos físicos: o que é cultural depende do homem que, tendo-o feito, pode igualmente modificá-lo, ou desfazê-lo.

TAL CONVICÇÃO é coetânea de um certo grau de amadurecimento gerencial, que é de justiça reconhecer no Brasil. Um amadurecimento que torna arcaica a figura do empresário a viver e a progredir sobre a exploração do trabalho, até os limites do esgotamento deste; e que remete igualmente para o passado a idéia de serem sempre as trocas comerciais a armadilha posta pelo mais forte economicamente para o mais fraco.

SOBREVIVE ainda, entretanto, o que só pode vingar como preconceito, dada a total carência de fundamento racional ou factual: a idéia de ser a abertura comercial uma ameaça ao controle de cada país soberano sobre suas decisões. Um preconceito, porque nada afeta mais a soberania que a pobreza: a falta de um mecanismo gerador de recursos, como um comércio em plena vitalidade, e o pouco interesse pela poupança externa, sob a forma de capitais de risco.

DESSE preconceito se libertou a decisão brasileira de facultar a conversão da dívida externa em capitais de risco; e mais ainda a nova política in-

dustrial, lançada há poucos dias. O que nos falta é um trabalho de persuasão, a cargo das agremiações políticas e da representação popular, que significará a vitória sobre as fronteiras político-ideológicas.

POR FALTA desse trabalho se supervalorizou, a mais não poder, o contencioso criado em torno da política de informática. Por falta desse trabalho, chegou-se ao voto na Constituinte, contrário à exploração por empresas estrangeiras do subsolo brasileiro — um voto canhestro, politicamente, na mesma medida em que é fútil, economicamente: a reserva de mercado, assim estabelecida, tem apenas o condão de restringir o acesso ao patrimônio nacional que supõe; em prejuízo de todos, e da Nação, em primeiro lugar.

ATRITOS, na prática do comércio internacional, sempre haverá; insensato é transformá-los em conflitos. Há cerca de 20 anos, tivemos um atrito com os Estados Unidos, em torno das exportações de café solúvel; que não deixou maiores marcas, pela sabedoria com que foi administrado.

HAVERÁ sempre um interesse maior, político e econômico, a dissipar os contenciosos comerciais e a liquidar com os atritos. A internacionalização da economia passa pelo comércio.